

Parlamentares cobraram mais debate sobre projetos do Executivo

Assunto:

Plenário



Em reunião plenária, parlamentares cobraram mais debate sobre projetos do Executivo. Foto: Bárbara Crepaldi

Na segunda reunião plenária após o período eleitoral, realizada na tarde desta terça-feira (4/11), os vereadores pediram aos colegas maior empenho na discussão dos novos projetos de lei encaminhados ao Legislativo pela Prefeitura. Entre eles, a proposta de aumento da carga tributária sobre os municípios. Foram apreciados quatro vetos integrais do Executivo a projetos de lei de parlamentares até o encerramento da reunião, antecipado por falta de quórum. Outros nove vetos seguem sobrestando a pauta.

Pedro Patrus (PT) aproveitou o início da reunião para convocar os colegas a se debruçar sobre os projetos de lei enviados à Casa pelo Executivo. "O trabalho do vereador não se resume apenas à votação dos projetos. Não podemos aprovar sem ler, sem saber do que se trata. É preciso discutir cada proposta", lembrou o parlamentar, destacando o [PL 1327/14](#), que amplia a alíquota de tributos municipais, como Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis por Ato Oneroso "Inter Vivos" (ITBI) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). Já o vereador Leonardo Mattos (PV) cobrou o empenho dos parlamentares na votação dos projetos, afirmando a importância de acelerar os trabalhos, uma vez que a pauta foi sendo acumulada durante o período eleitoral.

Veto total

Vetados integralmente pela Prefeitura, quatro projetos de lei de autoria parlamentar foram apreciados pelo Plenário, que referendou a decisão do Executivo. O [PL 465/13](#), de Bim da Ambulância (PTN), regulamentava a atuação das equipes de resgate voluntário, prevendo a contratação de, pelo menos, um médico e um enfermeiro de nível superior como responsáveis técnicos. Já o [PL 542/13](#), de Bruno Miranda (PDT), criava o serviço de marcação de consulta médica on-line, para atendimento na Rede Básica de Saúde do SUS.

De autoria do vereador Marcelo Álvaro Antônio (PRP), o [PL 577/13](#) obrigava hospitais e maternidades a realizar gratuitamente o exame de frênulo lingual nos recém-nascidos, procedimento conhecido como ?Teste da Linguinha?. Também rejeitado pelo Executivo, o [PL 799/13](#), de Marcelo Aro (PHS), instituía a Semana de Conscientização sobre o Autismo, que desenvolveria atividades educativas sobre o tema junto aos professores das escolas municipais.

[Confira aqui a pauta completa e o resultado da reunião.](#)

Assista [aqui](#) à reunião na íntegra.

Superintendência de Comunicação Institucional

Data publicação:

Terça-Feira, 4 Novembro, 2014 - 00:00
